

Como reforçar o planeamento estratégico na administração pública portuguesa?

LEITURA RÁPIDA



● ● ● ENQUADRAMENTO

A relevância do planeamento estratégico

O planeamento estratégico procura ser o **fio condutor que une a vontade política democrática a uma atuação do Estado eficaz**, articulada e coerente. Ao ter como objetivo uma definição estruturada e informada das prioridades de ação, com base nas quais se concretizam as políticas públicas, o planeamento estratégico assume uma dimensão imprescindível na governação.

O **contexto social e económico crescentemente complexo**, marcado pela recorrência de crises, requer que o **desenho das políticas públicas** tenha uma **natureza transversal e multisectorial**, o que explica o ressurgimento do planeamento estratégico em quase todos os países da OCDE.

Projeto com a OCDE

Atendendo ao mandato do PlanAPP de apoiar a definição de linhas estratégicas, das prioridades e dos objetivos das políticas públicas, **assegurando a coerência dos planos setoriais com os documentos de planeamento transversais**, solicitou-se o apoio da OCDE nesta área.

Iniciado em 2022 e finalizado em 2023, o projeto “Reforçar o processo de decisão e o desenvolvimento de políticas públicas na Administração Pública” permitiu analisar a **realidade portuguesa na área do planeamento estratégico** e, levando em consideração as melhores práticas internacionais, apresentou um conjunto de recomendações.

ENTIDADE PARCEIRA



FINANCIAMENTO DO PROJETO





● ● ● DIAGNÓSTICO

Qual o diagnóstico feito pela OCDE?

Portugal dispõe de **múltiplos documentos estratégicos fundamentais** com horizontes temporais diferentes e ligados a diferentes regulamentos, objetivos, e compromissos da União Europeia (UE), incluindo: a Estratégia Portugal 2030, as Grandes Opções, o Programa do Governo, o Programa Nacional de Reformas, o Programa de Estabilidade e o Plano de Recuperação e Resiliência.

Porém, a articulação entre estes instrumentos de planeamento estratégico nem sempre é suficientemente clara e explícita, o que tende a prejudicar a concentração das capacidades governamentais nas principais prioridades políticas e o alcance de objetivos estratégicos de longo prazo. Esta articulação é fundamental para garantir que os vários planos concorrem para a realização de uma **visão coerente para o país** e são implementados de forma consistente.

● ● ● DIAGNÓSTICO

O PlanAPP deverá dar resposta institucional a este desafio, aumentando as capacidades de planeamento estratégico em toda a administração e ajudando o governo a orientar e cumprir as suas prioridades estratégicas de alto nível. Isto implica estabelecer um **diálogo e equilíbrio na relação entre o centro de governo e os ministérios sectoriais** no sentido de alinhar as prioridades setoriais com as prioridades estratégicas de alto nível, de forma a promover a sua implementação a diversos níveis da administração.





● ● ● CONCLUSÕES

Quais são as recomendações deixadas pela OCDE?

- 1) Reforçar o quadro de planeamento estratégico
- 2) Apoiar ministérios setoriais no processo de planeamento
- 3) Promover o envolvimento dos diferentes agentes da sociedade

● ● ● CONCLUSÕES

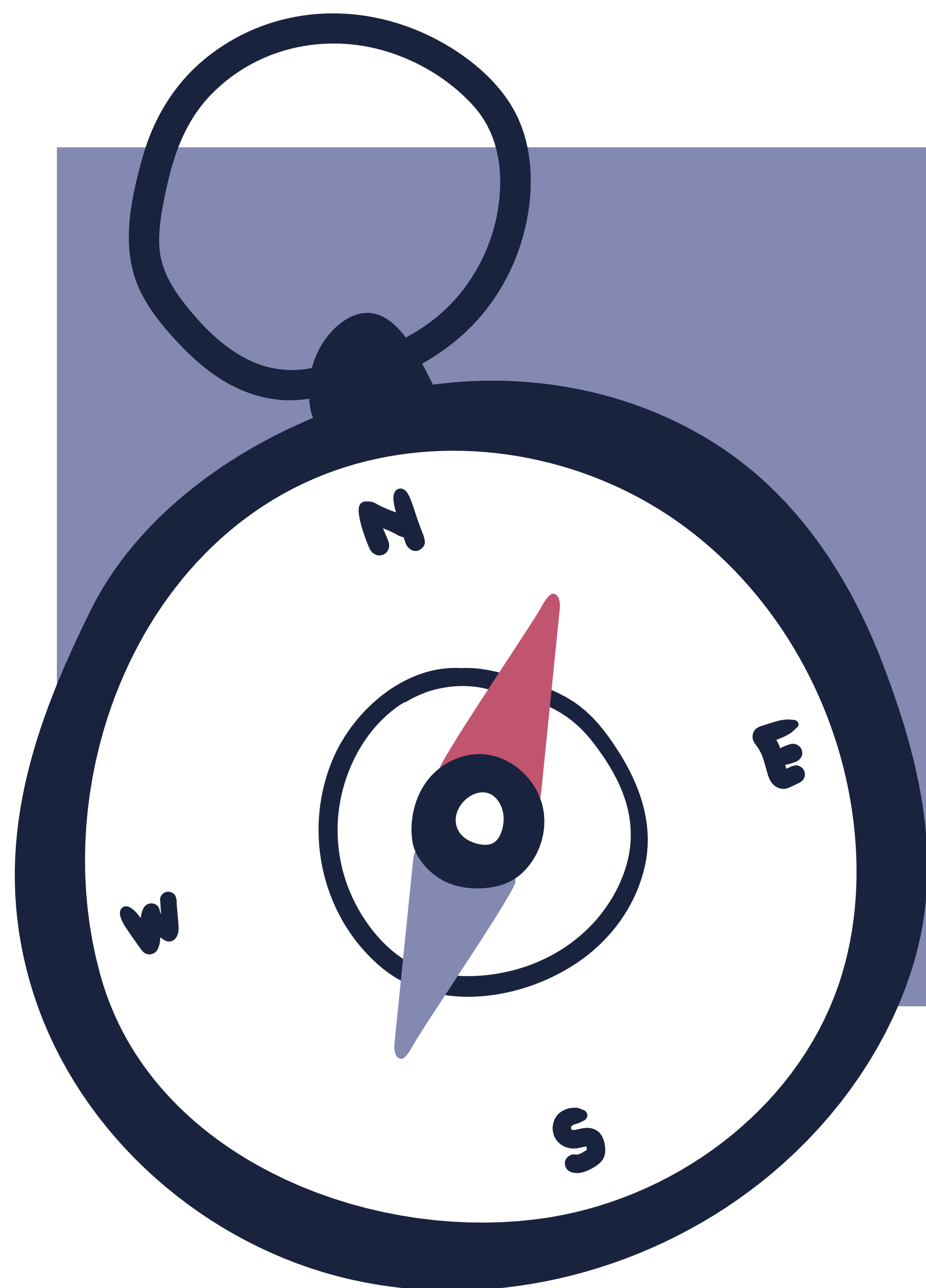
1) Reforçar o quadro de planeamento estratégico

Reforçar o quadro de planeamento estratégico, clarificando responsabilidades e intervenientes e promovendo o alinhamento e a coerência entre todas as estratégias (transversais ou setoriais).

- a) Equacionar a **revisão da lei-quadro do planeamento** com o objetivo de reforçar o quadro de planeamento, e garantir que os mandatos, funções e responsabilidades de todos os intervenientes são claros.
- b) Assegurar que a **arquitetura global do processo de planeamento** e a relação hierárquica dos vários documentos que integram o quadro estratégico obedecem a um conjunto claro de prioridades.
- c) **Reforçar a coordenação e a colaboração interministerial** através de mecanismos institucionais (RePLAN) e digitais e estabelecendo um processo de trabalho claro com os ministérios setoriais na elaboração dos instrumentos de planeamento, em particular das Grandes Opções.

2) Apoiar ministérios setoriais no processo de planeamento

Apoiar os ministérios setoriais no processo de planeamento, promover a ligação do planeamento estratégico com os resultados e aumentar a ligação entre o planeamento estratégico e o planeamento financeiro.



- a) Desenvolver **instrumentos e ferramentas adicionais** para apoiar os ministérios setoriais e aumentar a ligação entre o planeamento estratégico, os resultados e o planeamento financeiro.
- b) Desenvolver **diretrizes e modelos para os ministérios setoriais**, através da definição de orientações e divulgação de metodologias sobre a utilização e integração de evidências no processo de planeamento.

● ● ● CONCLUSÕES

c) Expandir o atual **sistema de monitorização** a outras prioridades de alto nível constantes do Programa de Governo e das Grandes Opções, incluindo metas e um conjunto limitado de indicadores-chave de desempenho.

d) Desenvolver **roteiros e ferramentas de monitorização** dos contributos dos ministérios setoriais para as prioridades de alto nível.



● ● ● CONCLUSÕES



e) Promover **reuniões sistemáticas** para discussão da ligação entre as estratégias setoriais e o orçamento com os ministérios setoriais responsáveis e o Ministério das Finanças.

f) Contribuir para aumentar a **ligação entre a priorização de alto nível e o orçamento**, utilizando as Grandes Opções para apresentar medidas e prioridades do programa governamental e orientar as discussões orçamentais e as dotações sobre prioridades.

3) Promover o envolvimento dos diferentes agentes da sociedade

Aproveitar o conhecimento e as evidências dentro e fora da administração, aumentando o envolvimento e a participação dos cidadãos, da academia, da sociedade civil no planeamento estratégico.

a) **Mapear os órgãos do sistema consultivo de políticas públicas**, face às orientações temáticas das futuras equipas multissetoriais da RePLAN e ponderar o seu envolvimento naqueles que dizem respeito a prioridades estratégicas e transversais.

b) Promover a discussão, no seio da RePLAN, de práticas, metodologias e orientações sobre a **participação dos cidadãos na elaboração de estratégias**.



● ● ● CONCLUSÕES



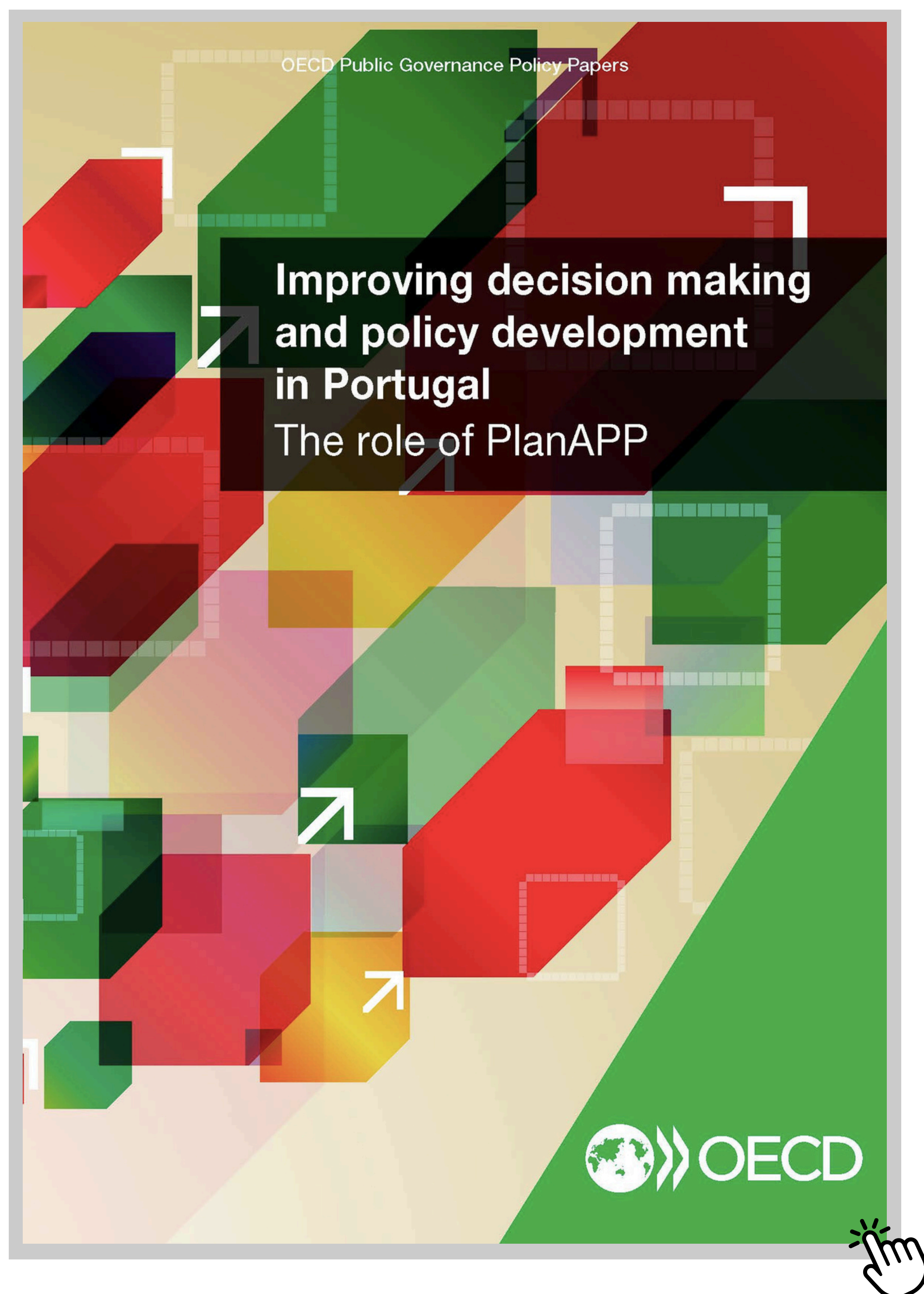
c) Assegurar o **envolvimento dos cidadãos na elaboração dos principais documentos estratégicos nacionais**, como foi o caso da Estratégica Portugal 2030.

d) Ponderar a **criação de um centro para o envolvimento dos cidadãos** na Presidência do Conselho de Ministros, com o objetivo de elaborar normas e promover princípios e práticas de participação dos cidadãos por todas as instituições públicas.

e) Ponderar a **criação de novas plataformas e ferramentas para promover o diálogo e o envolvimento** das partes interessadas sobre temas selecionados.

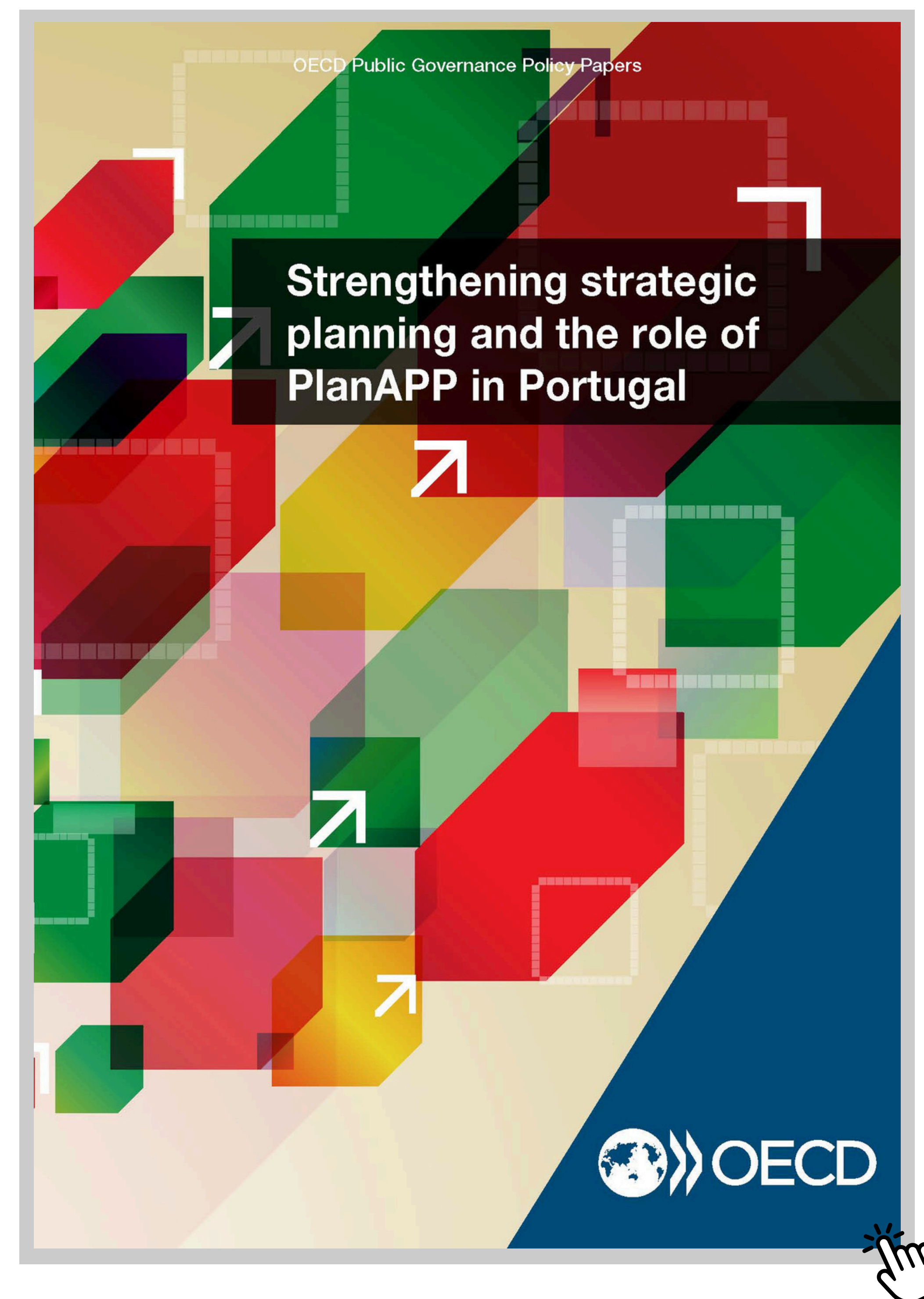
Conteúdos relacionados

Relatório final - Projeto OCDE-PlanAPP



bit.ly/relatorioprojeto_ocdeplanapp

Relatório sobre Planeamento Estratégico



bit.ly/relatorioplaneamento

Visite-nos em planapp.gov.pt

